

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 5.268, DE 2001**

**Altera as Leis nºs 4.737, 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 9.096, de 10 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos) e 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), promovendo reforma nas instituições político-eleitorais.**

**Autor: Comissão Especial de Reforma Política**

**Relator: Deputado Rubens Otoni**

### **VOTO DIVERGENTE DO DEPUTADO INALDO LEITÃO**

Os Projetos de Lei nºs 5.268/2001 e 2.679/2003, da Comissão Especial Destinada ao Estudo das Reformas Políticas, encontram-se em tramitação nesta Comissão da Câmara dos Deputados, tendo como Relator o Deputado Rubens Otoni, o qual apresenta Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 5.268, de 2001 e 2.679, de 2003, na forma do substitutivo apresentado.

O relator, em seu Substitutivo, concentra-se no Projeto de Lei n.º 2.679, de 2003, proposto na presente Legislatura, pela Comissão Especial de Reforma Política, sob a presidência do ilustre Deputado Alexandre Cardoso, cujo relator foi o nobre Deputado Ronaldo Caiado. Este projeto promove mudanças profundas no sistema eleitoral e partidário no Brasil.

O Substitutivo altera de forma radical o sistema proporcional, ao introduzir a fórmula do voto em listas fechadas, decreta o fim das coligações em eleições proporcionais e adota o financiamento exclusivamente público para campanhas eleitorais.

Além disso, o Substitutivo introduz o instituto da federação partidária, a redução da cláusula de desempenho, ou seja, o número mínimo de votos para que o partido tenha funcionamento parlamentar nas Casas Legislativas e acesso ao fundo partidário, entre outros temas.

Entendo que uma reforma política deve ser fruto de um consenso entre as diversas propostas apresentadas e que tenha como objetivo principal o fortalecimento dos partidos, do sistema partidário e dos mecanismos das eleições de um modo geral.

Evidencia-se o consenso nesta Casa do imperativo de uma reforma política no nosso sistema representativo, de modo a corrigir distorções ou aprimorar mecanismos no campo da legislação partidária e eleitoral. Toda e qualquer reforma política deve ter como foco central, no entanto, a estabilidade política, a boa governabilidade e o funcionamento eficaz das instituições. Não é o caso, lamentavelmente.

O primeiro ponto de divergência ao parecer do Deputado Rubens Otoni diz respeito à adoção das listas partidárias preordenadas para as eleições proporcionais. Nestas, o eleitor tem como única opção o exercício do voto coletivo em candidatos selecionados nas instâncias partidárias ou federações, em substituição ao atual sistema uninominal, por lista aberta, em que o eleitor escolhe livremente e mais diretamente o seu candidato para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Penso que a utilização dos modelos eleitorais através de listas fechadas são mais compatíveis com os sistemas parlamentaristas de governo. São sistemas que buscam na representação partidária **restrita** a estabilidade necessária à formação de gabinetes. Assim, nos sistemas parlamentaristas tem-se como objetivo político a construção de maioria parlamentar, sem a qual ocorrem instabilidades institucionais e mudanças constantes de gabinetes, geradoras de crises.

No presidencialismo, a formação do governo não depende de maioria parlamentar. Quando ausente essa maioria, sem dúvida necessária à governabilidade, forma-se uma coalizão partidária no Parlamento, de modo a garantir a estabilidade política e a aprovação das proposições que lhe são submetidas, conforme a tradição histórica.

A lista fechada, com efeito, é incompatível com o sistema presidencialista de governo. Parece claro que esse modelo consulta tão somente os interesses das burocracias partidárias, que passam a controlar da forma que bem entenderem a posição dos

candidatos na privilegiada pirâmide eleitoral. Aí não reside nenhuma novidade. Trata-se de antigo e histórico hábito de se priorizar, nas reforma eleitorais, a influência dos partidos em prejuízo da do eleitor.

A segunda objeção que apresento é ao financiamento público das campanhas eleitorais. Impõe ressaltar, preliminarmente, que os partidos políticos já são contemplados com financiamento público de campanha através do Fundo Partidário e do horário eleitoral no rádio e na televisão.

Trata-se, aqui, da adoção de um mecanismo único no mundo democrático. Não há registro de qualquer país que tenha adotado o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. É, de fato, uma alteração radical no sistema eleitoral brasileiro. O financiamento público não resolve o principal problema do processo eleitoral, que consiste no desabrido e escandaloso abuso do poder econômico nas eleições. Ora, o financiamento público não elimina, por si, o uso do chamado “caixa dois”. Este existirá em qualquer modalidade de sistema, até que sejam criados instrumentos eficazes de controle desses gastos extra-oficiais, o que só seria possível com o monitoramento rígido do sistema bancário e da fiscalização tributária, além da otimização da atuação do Poder Judiciário.

Ademais, convém lembrar o caráter impopular do financiamento público das campanhas eleitorais, sobretudo num país em que os governos instituem a esmola para matar a fome de multidões de miseráveis e que em seu território habitam os sem-teto, sem-terra, sem-trabalho, sem-salário e sem-nada. Com um déficit habitacional de 7 milhões de moradias, estima-se que o Tesouro

desembolsaria cerca de R\$ 800 milhões para o financiamento de cada eleição.

Por último, manifesto-me contrariamente à aprovação da figura estranha e singular da federação de partidos. Não há similar desse instituto no mundo. O que se pretende com a federação de partidos? Substituí-la pelas coligações partidárias nas eleições proporcionais, com a diferença de que esse “casamento” será celebrado pelo tempo certo mínimo de 3 anos. Ora, uma aliança, qualquer que seja ela, pressupõe a manifestação bilateral ou multilateral de vontades, não apenas para a sua constituição, mas igualmente para a sua manutenção. Não é possível imaginar um partido político convivendo com outro na divergência frontal, na desarmonia plena, nas brigas intestinas. Seria o mesmo que exigir a convivência sob o mesmo teto entre inimigos, regra que se aplica às sociedades em geral.

A reforma política sob comento, por outro turno, desprezou temas que deveriam ter sido postos no seu bojo, por sua relevância, conveniência e atualidade. Seria o caso da fidelidade partidária, do voto facultativo, das garantias institucionais contra o abuso do poder econômico, das regras para o plebiscito e o referendo e das formas que facilitassem a iniciativa popular de leis.

Isto posto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 5.268/2001 e 2.679/2003, na forma do substitutivo apresentado pelo Relator.

Este voto traduz a manifestação unânime da bancada do PL – Partido Liberal com assento neste Órgão Técnico.

Sala da CCJC, 30 de Novembro de 2004

Deputado Inaldo Leitão

Vice – Líder do Bloco PL / PSL